



REQUERIMENTO Número /XII (.ª)

PERGUNTA Número /XII (.ª)

Assunto: Degradação da qualidade dos serviços prestados no Hospital de Santarém

Destinatário: Ministério da Saúde

Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República

No passado dia 5 de junho realizou-se a Assembleia Municipal de Santarém, em sessão extraordinária para debater a situação da prestação de cuidados de saúde no concelho. Foi convidado, entre outros, o Dr. José Josué, Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santarém, que respondeu às perguntas dos deputados municipais.

É nosso entendimento que a Portaria nº 82/2014 se tornou o centro do debate e que não percecionámos um esclarecimento cabal quanto à perda de valências no hospital de Santarém, nomeadamente as não incluídas no grupo I da referida portaria.

Acresce que são recorrentes as queixas sobre demora no atendimento nas urgências, o que pode ser confirmado pelas afirmações do Dr.º José Josué, nomeadamente de que “*temos problemas graves na urgência geral*”, prestando um serviço de “*qualidade duvidosa*”. Confirma ainda que “*o quadro de médicos internistas é escasso*” e relata as dificuldades de contratação. À escassez de médicos junta-se a deficiente qualidade profissional e médica da empresa prestadora de serviços à urgência. Foram ainda expressas as dificuldades de respostas dos blocos operatórios e de partos pois “*estão cansados tecnicamente*” e “*quando as temperaturas são extremas o sistema não consegue funcionar bem*”. O Presidente do Conselho de Administração informou que dada a natureza “*EPE do hospital, este não tem rúbrica de investimento*” e terá de recorrer a “*financiamento comunitário no valor de 2,5 milhões de euros*”, para o que prepara a candidatura.

É também do nosso conhecimento a falta de anestesistas que obriga ao adiamento e atraso em cirurgias, assim como a situação de sobrecarga de trabalho dos enfermeiros apenas minorada com a entrada recente de alguns profissionais.

A alimentação fornecida aos doentes é alvo de frequentes queixas, situação que se prolonga há vários anos.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, as seguintes perguntas:

1. Pode o Ministério garantir a execução das obras necessárias aos blocos operatórios e de partos caso a



candidatura a fundos comunitários não seja concretizada e aprovada? Se sim para quando se pode perspetivar o início das obras?

2. Tem o Ministério conhecimento da existência de “problemas graves na urgência geral”, prestando um serviço de “qualidade duvidosa” e o que fez para apoiar o hospital de Santarém na resolução do problema?
3. Que medidas vai o Ministério desenvolver, ou já desenvolveu, para facilitar a contratação de médicos anestesistas? E para recrutamento de médicos para as urgências que garantam a melhoria da qualidade de atendimento sem necessidade de recorrer a empresas de prestação de serviços?
4. Que medidas estão previstas para o reforço do número de enfermeiros para melhorar a qualidade do serviço e reduzir a sobrecarga de trabalho destes profissionais?
5. Tem o Ministério conhecimento de queixas dos utentes sobre a deficiente qualidade de alimentação e que medidas vai desenvolver para a sua melhoria?

Palácio de São Bento, 12 de junho de 2014.

**A deputada e o deputado
Helena Pinto e João Semedo**